

OS FILMES PARA A APRENDIZAGEM GEOGRÁFICA ATRAVÉS DOS MULTILETRAMENTOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS PRODUÇÕES “ENTRE RIOS” E “RECIFE: CIDADE ROUBADA”

Films for geographic learning through multiliteracies: a critical analysis of the productions “Entre rios” and “Recife: stolen city”

Vitor Colleto dos Santos

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil

vitorcolleto@gmail.com

Eloiza Cristiane Torres

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil

henriquegeografo@gmail.com

Recebido: 14/05/2024

Aceito: 02/07/2024

Resumo

O ensino de Geografia na contemporaneidade traz à tona para os professores a preocupação com a linguagem, isto é, em relação às maneiras como o conhecimento geográfico torna-se acessível e adequado aos estudantes diante das diferentes influências que eles estão em contato cotidianamente, sobretudo pela diversidade de modos de linguagens e de culturas do atual período histórico. Pensando nisso, o presente artigo dedica-se a discutir acerca do potencial dos filmes enquanto linguagem em prol da aprendizagem em Geografia. Para tanto, metodologicamente, são apresentadas duas resenhas críticas dos filmes “Entre rios - a urbanização de São Paulo” e “Recife: cidade roubada”, bem como é realizada uma discussão teórica sobre como aproveitar, com intencionalidade educativa, o potencial dos filmes em sala de aula para a compreensão de temas de Geografia Urbana, como no caso dos filmes das resenhas, ou de outros conteúdos que fazem parte da ciência geográfica nas instituições de ensino em geral. Busca-se ainda articular os filmes com as arguições defendidas pela Pedagogia dos Multiletramentos tanto com relação às múltiplas linguagens quanto ao conceito de “*design*”, marcas das práticas com multiletramentos e, com isso, ao final, quer oferecer ao ensino de Geografia um contributo para a mediação didática que vise a internalização significativa do que é aprendido/ensinado e estabeleça as bases para a transformação social crítica, criativa, ética e responsável para com um mundo mais justo e sustentável.

Palavras-chave: Filmes, Ensino de Geografia, Multiletramentos, Entre Rios, Recife: Cidade Roubada.

Abstract

The teaching of Geography in contemporary times brings to light for teachers the concern with language, that is, concerning how geographic knowledge becomes accessible and appropriate to students in the face of the different influences that they are in contact with daily, especially through a diversity of languages and cultures of the current historical period. With this in mind, this article is dedicated to discussing the potential of films as a language for learning in Geography. To this end, methodologically, two critical reviews of

the films “Entre rios - The Urbanization of São Paulo” and “Recife: Stolen City” is presented, as well as a theoretical discussion on how to take advantage, with educational intentionality, of the potential of films in the classroom to understand Urban Geography themes, as in the case of the films in the reviews, or other content that is part of geographic science in educational institutions in general. It also seeks to articulate the films with the arguments defended by the Pedagogy of Multiliteracies both concerning multiple languages and the concept of “design”, marks of practices with multiliteracies, and, with this, in the end, it wants to offer a contribution to the teaching of Geography for didactic mediation that aims at the significant internalization of what is learned/taught and establishes the foundations for critical, creative, ethical and responsible social transformation towards a more just and sustainable world.

Keywords: Films, Geography Teaching, Multiliteracies, Entre Rios, Recife: Stolen City.

1. INTRODUÇÃO

É sabido que ensinar Geografia requer por parte dos professores não apenas o domínio dos conteúdos sistematizados pelos currículos das escolas em geral e que são aprendidos ao longo da formação em Geografia por disciplinas específicas do amplo rol da ciência geográfica, mas também o entendimento dos saberes próprios da formação docente acerca de como o estudante internaliza a aprendizagem, os quais ficam a cargo de disciplinas como Didática e Psicologia da Educação, por exemplo.

Indo além, reconhece-se que, nos dias de hoje, urge cada vez mais a necessidade dos professores de Geografia ou de outras áreas do conhecimento avançarem em sua formação no que cinge às formas como o conhecimento que está sendo ensinado torna-se acessível aos educandos e, a partir disto, ele assimila o que é novo e busca significar para a evolução de seu próprio pensamento e de sua realidade.

Nota-se, assim, que a linguagem passa a ser uma preocupação para os professores desde a formação inicial até a prática docente em sala de aula dada a necessidade de se conhecer, também, quais as diferentes maneiras (entendidas como linguagens) de expressar e apresentar um conteúdo geográfico para os estudantes.

Nesse íterim, são muitas as linguagens que podem ser tomadas pelos professores para a mediação didática dos conteúdos de Geografia. Isto torna-se ainda mais evidente se considerarmos o atual estágio técnico-científico e informacional que o mundo se encontra em que, além de incorporarem a velocidade e agilidade do período, são definitivamente múltiplas. Quando consideradas em formato eletrônico ou digital, podem-se citar como exemplo de múltiplas linguagens os textos que contenham desde músicas,

filmes, séries, documentários, novelas e seriados até memes, *gifs* e vídeos curtos de redes sociais digitais como o *Instagram* e o *TikTok*.

Em vista dessa pluralidade de linguagens existente no mundo e que pode, também, ser aproveitada para os processos de ensino-aprendizagem, neste caso de Geografia, o presente artigo almeja contribuir com a utilização de filmes enquanto linguagem para o ensino de Geografia. A intenção em apresentar as potencialidades dos filmes para a aprendizagem geográfica é justificada, principalmente, pelo fato de que tem se tornado cada vez mais um desafio para os professores a tarefa sobre como “[...] transformar as aulas em experiências vivas de aprendizagem, que motivem os alunos e os tornem mais criativos, autônomos e reflexivos” (Silva *et al.*, 2021, p. 98).

Entretanto, não se trata de utilizar o filme pelo filme, isto é, o filme como mero recurso acessório às aulas de Geografia sem que haja uma intencionalidade a ser alcançada no processo educativo. Aliás, pelo contrário, a utilização de filmes ou outra linguagem em sala de aula deve vir atrelada a uma intencionalidade, a fim de que os conteúdos da disciplina possam ser melhor apreendidos pelos estudantes, tornando-os significativos.

Assim, diante dessa necessidade efervescente no ensino de Geografia e na educação de modo geral, emerge esse texto. Em conversa com o que preconiza a Pedagogia dos Multiletramentos, metodologicamente, pretende-se apresentar duas resenhas a respeito da análise crítica dos filmes “Entre rios” e “Recife: cidade roubada”, estando acompanhada de uma discussão acerca da importância dos filmes para a aprendizagem geográfica, bem como visa dar destaque para as motivações que podem estar envolvidas ao se utilizar essa linguagem como forma de contribuir com a internalização significativa dos conteúdos da disciplina em nível escolar, por exemplo.

Organizou-se, então, o artigo em cinco seções dispostas da seguinte maneira: a presente introdução, a discussão em torno do potencial da utilização de filmes para o ensino de Geografia, a apresentação das resenhas dos filmes que se quis analisar e, na sequência, as (possíveis) motivações que podem inspirar a trabalhar por meio deles temas referentes à Geografia, sobretudo à Geografia Urbana, em sala de aula, além das considerações finais.

2. O POTENCIAL DOS FILMES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA: UM MULTILETRAMENTO POSSÍVEL

É reconhecida, desde a introdução, a preocupação deflagrada no ensino de Geografia nos dias de hoje a respeito da linguagem, o que implica na motivação em pensar estratégias e metodologias de ensino que busquem tornar o conhecimento geográfico de maneira acessível e adequada aos estudantes, especialmente quanto aos seus interesses, às suas realidades e aos diferentes níveis de desenvolvimento cognitivo. Daí a emergência de inúmeros trabalhos que colocam as múltiplas linguagens como forma de contemplar as necessidades de um processo de Educação que passa por profundas transformações na atualidade (Lévy, 1999).

Sobre isto, embora não faça menção à expressão “múltiplas linguagens”, Cavalcanti (2011, p. 198) pondera que o uso de diferentes linguagens no ensino de Geografia é importante, pois:

[...] tem o mérito de apontar a potencialidade desses recursos para a mobilização necessária à aprendizagem, de possibilitar uma comunicação mais “realista” dos professores com os jovens escolares e de permitir uma identificação do aluno com os conteúdos estudados, sendo assim adequados a uma aprendizagem significativa (Cavalcanti, 2011, p. 198).

Outrossim, além da aprendizagem significativa, observa-se que outro ponto merece a atenção dos professores ao tratar dos temas e conteúdos da disciplina em sala de aula: a formação de conceitos (Cavalcanti, 2011). A própria autora busca, portanto, questionar sobre como “*é possível, por meio do ensino, formar capacidades intelectuais nos alunos?*” (Cavalcanti, 2011, p. 197), pergunta a qual ela busca imediatamente responder que isso pode ser atingido através de “[...] métodos para abordar didaticamente os conteúdos geográficos que possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento do pensamento teórico-crítico dos alunos” (Cavalcanti, 2011, p. 197).

Diante disso, as múltiplas linguagens, aqui aludindo sobretudo às presentes nos filmes, se inscrevem como um método didático com vasto potencial a ser explorado pelos processos de ensino e aprendizagem em Geografia, inclusive podendo atuar no que cinge à formação de conceitos. Dito de outro modo, implica analisar as formas como o estudante, ao entrar em contato com um filme intencionalmente proposto para a mediação didática, compreende a realidade que o filme retrata e faz o exercício de diálogo com o conteúdo geográfico que está estudando.

Daí, a iniciativa desse texto em apresentar os filmes enquanto também um multiletramento possível, isto não apenas por eles envolverem as múltiplas linguagens

nas construções discursivas ou textuais que trazem consigo, mas também pela ideia de “*design*”.

Primeiramente, quanto às múltiplas linguagens encontradas nos filmes e que podem ser exploradas em sala de aula, elas permitem a aproximação com os multiletramentos¹, uma vez que estes preconizam que “[...] as práticas sociais de leitura e escrita devem levar em consideração as comunicações multimodais, particularmente aquelas típicas das novas mídias digitais” (Silva *et al.*, 2021, p. 100). O que, sem dúvida alguma, possui considerável relevância na contemporaneidade, como dissertam Batista, Becker e Cassol (2019, p. 939) em:

Vive-se em um momento de grandes mudanças e a escola tem o papel de preparar o “novo” cidadão que emerge da liquidez da Modernidade. Cabe, principalmente, à escola encaminhar a “nova” sociedade emergente, no caminho da superação do instrucionismo e reprodutivismo para adentrar em uma perspectiva de construção de autonomia e de polimento da inteligência que permitem relacionar-se com o conhecimento de outro modo, seja novo ou constantemente atualizado (Batista; Becker; Cassol, 2019, p. 939).

Do conceito de “*design*”, por sua vez, ele é entendido em sua tradução literal para o português como “criação de sentidos”, pois, afinal, todos os sujeitos escolares são encarados como sujeitos produtores de sentido permeados de influências da sua realidade, visão de mundo e cultura, por exemplo - o que faz a Pedagogia dos Multiletramentos se distanciar de formas “reprodutivistas” e “bancárias” de aquisição de conhecimentos. Assim, é o conceito de “*design*” o elemento basilar dessa pedagogia, porque é por meio dele que “[...] a teoria instanciará concepções de construção de sentido, interesse, agenciamento e multimodalidade, primordiais para o ensino requerido na contemporaneidade” (Bevilaqua, 2013, p. 106).

São muitas as produções fílmicas, permeadas de múltiplas linguagens e tomadas como multiletramentos, que possibilitam a construção de sentido sobre determinados conteúdos de Geografia e assim culminam na aprendizagem significativa. Para conhecimento, citam-se alguns filmes e os respectivos conteúdos de Geografia que podem ser trabalhados em sala de aula: “Moana - Um Mar de Aventuras” e o conceito geográfico de Lugar; “A Fantástica Fábrica de Chocolate” e a industrialização e o desemprego estrutural; “Procurando Nemo” e as correntes marítimas; “Hotel Ruanda” e o

¹ Santos *et. al* (2022, p. 71) explicam que “[...] o conceito de multiletramentos envolve o debate sobre atividades pedagógicas que permeiam as habilidades de compreensão das práticas sociais que são necessárias no contexto educacional contemporâneo, devido à riqueza semiótica atual, seja no meio impresso ou digital”. Dito de outro modo, pensar os multiletramentos e a sua pedagogia para os processos de ensino-aprendizagem da contemporaneidade implica a reflexão sobre tanto a multimodalidade quanto a multiculturalidade.

conflito entre hutus e tutsis em Ruanda; e entre outras possibilidades de produções fílmicas inseridas no universo cinematográfico.

Todavia, é claro que não são somente as produções notadamente mais espetacularizadas no cinema e que, diga-se de passagem, lotam e fazem faturar as suas bilheterias que podem ser exploradas enquanto recurso de ensino. Existem, também, aqueles filmes cujo apelo midiático e aporte financeiro são menores, geralmente veiculados por instituições de ensino, órgãos oficiais, organizações não governamentais e movimentos sociais, produzidos em caráter documental. Afinal, o estudante de Geografia que nunca assistiu o clássico filme/documentário “Encontro com Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá” (https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM), dirigido por Sílvio Tandler, que atire a primeira rocha!

Também possuindo natureza documental, têm-se os filmes “Entre rios” e “Recife: cidade roubada” (Figura 1) os quais o presente trabalho pretende posicioná-los enquanto potenciais formas de linguagens para o ensino de Geografia acerca de temas que tangem especialmente o espaço urbano, inscrevendo-os como um multiletramento possível para a aprendizagem em sala de aula.

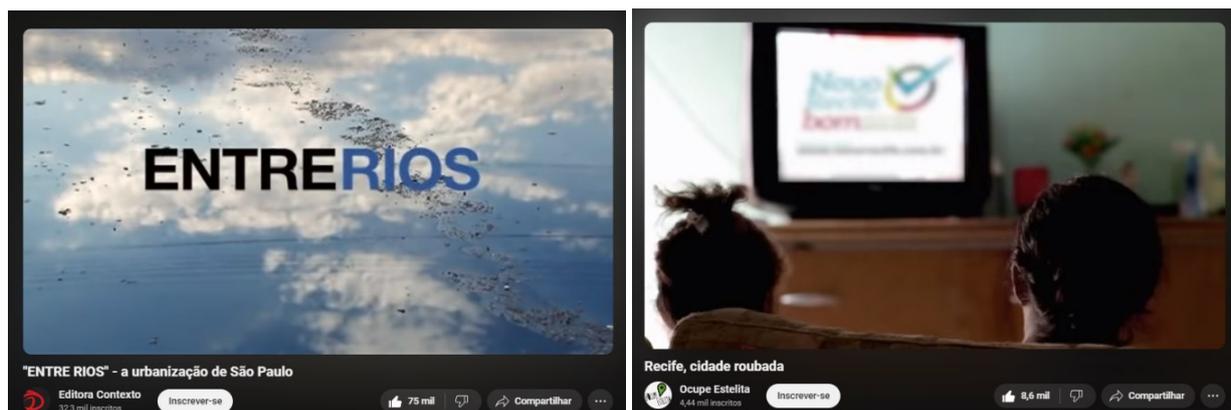


Figura 1 - Printscreens da exibição dos filmes no YouTube.

Fonte: Editora Contexto (2011) e Ocupe Estelita (2014).

Desse modo, visando alcançar os objetivos expostos acima, busca-se realizar a apresentação de resenhas críticas de ambos os filmes, bem como a discussão sobre quais devem ser as motivações (no sentido de intencionalidade) para se valer desse recurso como contributo à mediação didática em aulas da disciplina de Geografia.

3. APRESENTAÇÃO DAS RESENHAS

Nesta seção, serão apresentadas as resenhas críticas produzidas dos filmes “Entre rios” (<https://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNlc>) e “Recife: cidade roubada” (<https://www.youtube.com/watch?v=dJY1XE2S9Pk>) nos Quadros 1 e 2 respectivamente e, após, no tópico subsequente, será discorrido a respeito de como apropriar-se destas produções para a construção de sentido em relação aos conteúdos de Geografia.

Quadro 1 - Resenha crítica do filme “Entre rios”.

EDITORA CONTEXTO. “ENTRE RIOS” - a urbanização de São Paulo. YouTube, 25 mai. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNlc>.

Motivado pela curiosidade e necessidade em se desdobrar na compreensão a respeito da urbanização da cidade de São Paulo, o filme “Entre rios - a urbanização de São Paulo” aborda de forma bastante didática o processo de transformação sofrido pelos cursos d’água paulistanos e as motivações sociais, políticas e econômicas que orientaram a cidade a se moldar como se eles não existissem, o que explica a alcunha “entre rios”. Assim, para contar o processo de expansão da cidade e a sua conseqüente urbanização, o filme utiliza um método histórico-geográfico em que busca ilustrar as transformações da cidade *entre rios* tanto no tempo quanto no espaço, além de fomentar a discussão acerca de questões sobre o meio ambiente e a política.

São Paulo é a maior cidade da América Latina hoje em dia com uma população absoluta estimada em cerca de 11,5 milhões de habitantes, segundo o censo demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Apesar dessa tamanha notoriedade que disfruta no contexto hodierno, a megacidade, cidade global e sede da maior metrópole do país, na ocasião de sua fundação, aproximou-se do que foi o processo de origem das primeiras cidades na Mesopotâmia, sustentadas por vales fluviais do Crescente Fértil. A cidade de São Paulo é, também, uma *cidade fluvial*.

No entanto, uma cidade fluvial que ignorou o que lhe atribui o adjetivo fluvial, ou seja, os seus próprios rios. Isso porque, ao contrário daquelas nascentes aglomerações urbanas da Antiguidade, a cidade de São Paulo em seu processo de planejamento e ordenamento do território no decorrer da história não considerou os limites dos rios nem, tampouco, o importante papel que tal recurso natural desempenha, sendo sufocados pela incessante expansão urbana da cidade que o filme convida o espectador a refletir.

Nessa seara, verificam-se problemas de planejamento e gestão da estrutura urbana, acompanhada de um descaso com os recursos hídricos que, *a priori*, orientaram a fixação humana na então vila de São Paulo do Piratininga: o rio Tamandateí e o ribeirão Anhangabaú. Durante muito tempo, esses dois afluentes do Tietê, parte da Bacia Hidrográfica do Paraná, foram cruciais para a existência da vila de São Paulo, e hoje, paradoxalmente, parte considerável da população sequer nota a presença desses dois rios. Isso se dá principalmente devido ao fato de que não houve uma preocupação da sociedade da época e do poder público em conectar as práticas cotidianas e a diversidade de conhecimentos e formas de ver o mundo que são próprias da modernidade industrial-urbana, em nascimento, com as ações de planejamento e gestão territorial.

Constatação que pode ser mais bem entendida com as modificações percebidas no espaço geográfico da cidade como deflagrado no filme. O filme apresenta como exemplos da conversão do que antes era natural para tornar-se artificial ou, nesse caso, o que era “hídrico” viu-se convertido em solo impermeabilizado, isto é, obra humana: o recuo das margens do rio Tamandateí que, no passado, beirava a famosa rua Vinte e Cinco de Março, bem como a instalação da ferrovia São Paulo Railway que incorporou o mesmo rio como rota. De fato, era o Brasil sendo inserido na modernidade ao passo em que buscava abrir espaço para as “máquinas” ou outras infraestruturas urbanas para desenvolver a atividade industrial, o comércio e a circulação de mercadorias e pessoas. Mas, afinal, quem pagaria a conta disso tudo?

Os rios! Em se tratando do modo como o ser humano se relaciona com a natureza e, diante do capitalismo nas cidades, tem promovido profundas alterações nas dinâmicas socioambientais, o filme

aponta que não foram aplicadas soluções que possibilitassem o convívio harmônico entre as partes. Pelo contrário, como o interesse era fazer com que o curso dos rios não atrapalhasse o crescimento exacerbado da malha urbana, o que imperou foi um “planejamento” que visava por soluções imediatas para o que foi encarado como “problema” e sem considerar a importância dos rios para a cidade, impondo o drástico descaso com tal recurso.

Assim, contraditoriamente, se antes os rios que eram considerados “problemas” para a cidade, hoje a sua invisibilidade – na maior parte dos casos, por projetos de retificação e/ou canalização fluvial – representam a raiz dos problemas urbanos de São Paulo e em outras cidades brasileiras. As consequências do despreparo em gerir o território outrora, sem levar em conta seus bens naturais disponíveis, são sentidas pelos cidadãos paulistanos até os dias atuais por meio dos alagamentos, por exemplo.

Outro ponto retratado no filme “Entre rios” foram os argumentos sanitários e hidráulicos que moldaram a organização espacial da cidade com um objetivo mercantilista o qual é cotidianamente imposto em uma sociedade capitalista. Isso porque a cidade é não só produto do processo histórico em que se vive bem como é reflexo do modo de produção vigente. A mercantilização do espaço urbano materializou-se, por exemplo, na construção do Viaduto do Chá às margens do vale do Anhangabaú, para que ligasse os bairros mais nobres de São Paulo onde se consolidaria a Cidade da Higiene ou Higienópolis, para a instalação de infraestruturas que tornariam possível a água encanada. Nesse contexto, os rios viram-se transformados como se a única solução que pudesse ser encontrada fosse cortar seus meandros e afundar seu leito, para que a rede de drenagem de esgoto pudesse fluir o mais rápido possível da vista dos habitantes.

Ademais, diante do enterramento de seus leitos, os dois rios que inicialmente cortavam a cidade e forneceram a base para sua formação foram reduzidos aos parques do Anhangabaú e Dom Pedro II, este às margens do Tamanduateí. Eles não representavam mais limites à expansão da cidade, já haviam sido superados. No entanto, quis o “destino” que a metrópole paulistana se visse novamente barrada *entre rios* – e que, desta vez, poderia ser diferente.

O que, infelizmente, não aconteceu. Os rios Pinheiros e Tietê, rios de planície e com alta capacidade de acúmulo de sedimentos, criando meandros em seus canais e que faziam a água se acumular até as planícies de inundação em épocas de cheias, foram também afetados pelo desejo insaciável pela urbanização em especial pelos governantes e pelo capital financeiro e imobiliário.

Rapidamente, a pressão da especulação imobiliária pelas áreas que inundavam em apenas uma parte do ano foi tanta que se alimentaram as discussões sobre a canalização do rio Tietê, tendo como justificativa a superação do acometimento da população de baixa renda, habitantes das planícies de várzeas, aos períodos de cheia do rio. O filme, então, situa o espectador sobre dois embates ideológicos a respeito das obras do rio Tietê: 1) a visão do sanitarista Saturnino de Brito que propunha a integridade do leito maior do rio e de sua várzea; e 2) a de Prestes Maia, que propôs o plano de avenidas para a cidade de São Paulo e muito próximo técnica e politicamente dos empreendedores capitalistas. Por óbvio, a alternativa que se deu como vencedora foi a segunda com o intuito de desenvolver a cidade partindo de um modelo radial e concêntrico de avenidas, sem sequer antes ter a preocupação com as ferrovias e (possíveis) hidrovias.

O plano de avenidas de São Paulo vai, assim, ao encontro da ideia que define a política desenvolvimentista do país baseada na ideia de que “governar é abrir estradas”, uma vez que possibilitaria a maior venda de veículos e, assim, atenderia os objetivos do capital, sobretudo, o automobilístico em grande efervescência na época. Para tanto, é mais do que claro perceber que os rios literalmente “doaram” sem consentimento seu espaço para os objetivos do capital antes mesmo que o da própria urbanização, sendo substancialmente explicado pelo discurso de modernização, este é o caso demonstrado em “Entre rios” de obras como a retificação do Tietê e a construção da Avenida 9 de Julho para cumprir a promessa de “modernizar” o país pelo automóvel.

Em síntese, os rios, os córregos e os ribeirões (que o filme define como o “espaço das águas”) deram o seu lugar em nome dos interesses capitalistas em fazer prosperar a cidade a seus moldes e interesses. Verificando o amplo grau de desenvolvimento técnico e da importância que a São Paulo representa nas diferentes escalas de análise urbana atualmente, a especulação desenvolvimentista em torno do solo de São Paulo em detrimento dos recursos naturais parece ter dado certo aos olhos de nosso tempo.

Entretanto, é necessário ter uma visão ampla acerca das ações e políticas de “planejamento” que trouxeram um custo ambiental para a cidade *entre rios*: a “morte” de seus rios. É preciso ressuscitá-los! Logo, o filme “Entre rios” quer que São Paulo seja alvo do interesse dos/as cidadãos/ãs paulistanos/as que passem a olhar para a cidade com outros olhos, distante daqueles da reprodução

capitalista do espaço urbano que vê a cidade como instrumento para acumulações de vários tipos, e, por meio da participação popular, se engajem na construção da cidade para/com todos e para/com a natureza. A partir disso, começa-se a esboçar uma cidade, mais do que *entre rios*, conectada com seus rios.

Fonte: Os autores (2024).

O filme “Entre rios – a urbanização de São Paulo”, cuja análise crítica acaba de ser apresentada ao(à) leitor(a), demonstra a transformação radical sofrida pela natureza ao passo que o crescimento urbano lento e desorganizado da cidade de São Paulo assim como o de outras cidades brasileiras em vias do processo de urbanização. Para o ensino de Geografia, inscreve-se enquanto um multiletramento crucial para a compreensão de uma relação em que a sociedade busca a todo o momento superar a natureza, mesmo que isso gere sérias consequências sociais e econômicas em um futuro não tão distante.

Isto, segundo essa visão que é contestada pelo filme, não seria o problema, pois o ideal de “progresso” a ser conquistado com base em soluções capitalistas prometia que essas consequências não se concretizassem ou fossem aniquiladas com o passar do tempo. No entanto, a realidade revela exatamente o contrário e cuja expressão contada no filme é os alagamentos, por exemplo. Cabe à Geografia Escolar, assim, de forma combinada à produção fílmica, ilustrar outras iniciativas de pensar o urbanismo das cidades atentas a um planejamento que preze pela convivência salutar entre os recursos naturais e o espaço antropizado, seja ele urbano ou rural.

Diante disso, nota-se que “Entre rios” esteve pautado em uma abordagem socioambiental. Logo, como objetivo do presente artigo é apresentar os filmes como forma de multiletramentos para a aprendizagem em Geografia, convém trabalhar ainda com a análise crítica de outro filme que trata de dinâmicas socioespaciais, o “Recife, cidade roubada” (Quadro 2).

Quadro 2 - Resenha crítica do filme “Recife: cidade roubada”.

OCUPE ESTELITA. **Recife, cidade roubada**. YouTube, 18 nov. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dJY1XE2S9Pk>.

O estudo do espaço é, indubitavelmente, uma das principais questões em constante debate na Geografia. Espaço este que é total, plural, multifacetado e contemplador dos mais variados processos e dinâmicas socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais, e que, para fins de estudo, podemos fragmentá-lo em outros “novos” espaços, por exemplo, o espaço urbano o qual, por sua vez, é também produto do contexto histórico e reflexo do modo de produção vigente.

Em específico, sobre o espaço urbano, o geógrafo Roberto Lobato Corrêa considera que, no capitalismo que é hegemônico nos dias de hoje, esse espaço é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas. Para ele, o espaço urbano capitalista é “[...] um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço” (Corrêa, 1995, p. 7). Tais agentes atuam no espaço de maneira

complexa, fruto não apenas da dinâmica de acumulação de capital, mas também das necessidades de reprodução das relações de produção, ou ainda dos conflitos de classe.

É dessa complexidade da ação de re-produção do espaço pelos múltiplos agentes que o compõem que o filme trazido à discussão aborda sob o foco da proposta de revitalização da área do antigo cais José Estelita, no centro de Recife, capital do estado de Pernambuco. Com caráter documental, “Recife, cidade roubada” é uma produção lançada no dia 18 de novembro de 2014, pelo Movimento Ocupe Estelita, a fim de mostrar o impacto que o Projeto Novo Recife acarretaria na capital pernambucana.

Produzido com apoio do cineasta Kléber Mendonça Filho e do ator Irandhir Santos, o documentário escancara o lado perverso da globalização que é deixado cada vez mais em evidência não só na cidade de Recife, mas também em outras grandes cidades do Brasil e da América Latina, situação verificada, principalmente, pelas relações de subserviência ao Norte global a que foram mantidas ao longo da evolução histórica. Em decorrência disso, observa-se em Recife e nas demais cidades do cenário latino-americano grandes empreendimentos imobiliários de luxo em contraste com os complexos habitacionais sub-humanos típicos das zonas periféricas onde habitam, em maioria, a população trabalhadora de baixa renda e que, como não bastasse tamanha desigualdade perante as novas instalações urbanas destinadas à elite, tem de conviver com incessantes desapropriações e deslocamentos das áreas que ocupam, sendo forçadas a residir em locais ainda mais distantes.

Diante dessa realidade que, ao mesmo tempo em que promete “inovar” as cidades, revela ser mais um exemplo de exclusão social que acomete com bastante força, obviamente, a população pobre das cidades brasileiras, é que se torna cada vez mais necessária a ação dos movimentos sociais urbanos, como o Ocupe Estelita, para frear o modelo de desenvolvimento urbano guiado apenas por interesses econômicos e políticos, financiados por empreiteiras, as quais decidem, de modo pouco democrático, o que será modificado na cidade.

Organizado por pessoas indignadas com as reformas em Recife, o Movimento #OcupeEstelita, constituiu-se de vários grupos, coletivos e movimentos sociais na luta por um espaço urbano para todos. Em suma, esse movimento social de caráter urbano está pautado na luta contra a segregação socioespacial e a apropriação do espaço urbano enquanto mercadoria, a fim de garantir o acesso ao direito à cidade e, portanto, a garantia à moradia e outros serviços urbanos básicos a toda população inclusive a de baixa renda. Reinvidicações que se opõem aos imperativos do capital financeiro e imobiliário na capital pernambucana, eis o Projeto Novo Recife que, na época do filme, prometia remodelar um bairro espacial e socialmente a partir da construção de 12 torres empresariais e residenciais no local.

Mas, como o filme/documentário questiona: “novo” para quem?

Como anteriormente citado, sendo hoje a cidade um campo de lutas, quem produz, controla e consome o espaço urbano é a classe de maior renda, gerando uma produção desigual do espaço e, conseqüentemente, acaba por refletir na exclusão social e espacial da população pobre, o que qualifica uma situação de segregação, além de restringir o acesso ao espaço público por esse grupo social significativo.

Desse modo, percebe-se no dia a dia da sociedade capitalista que aquilo que deveria ser destinado para atender as necessidades do bem comum passa a beneficiar os interesses de alguns setores, dando margem à especulação imobiliária e à exclusão, o que vale elucidar que é flexibilizado por um planejamento a fim de valorizar os interesses de promotores imobiliários, proprietários fundiários e grandes industriais, e não os da própria sociedade.

A partir dessas arguições, o filme nos leva a pensar que o “novo” do Novo Recife só é *novo no nome, pois reproduz tudo aquilo que é velho*: a exclusão social e a insegurança pelo esvaziamento dos espaços públicos. Além disso, direciona o debate para quais seriam as novas possibilidades de uso para o antigo cais José Estelita antenado, claro, às necessidades dos habitantes de menor renda que ocupam esse espaço, pontuando que a melhor forma de ocupar novamente o vazio deixado pelo encerramento das atividades no cais não é transformá-lo em condomínios de luxo.

Ao contrário, no entanto, a região do antigo cais tornou-se alvo de interesses especulativos de alto valor exatamente pelo fato de que é a classe alta a controladora do espaço urbano, baseado em seus interesses, através da segregação socioespacial, quando a população menos abastada também possui esse direito, ainda mais sendo a região do cais em Recife uma área que, *a priori*, é pertencente ao domínio público, porém que foi entregue nas mãos do capital privado.

Devido a isso, concretiza-se a afirmação proferida no documentário de que o *‘Novo Recife’ foi feito para quem tem* do qual quem se beneficia é o consórcio imobiliário e a elite recifense que possa vir a adquirir os empreendimentos. O Estado, por sua vez, que diz ter cuidado com a população

trabalhadora às margens da malha cidadina, acaba por se submeter aos interesses do capital e investir em um desastroso planejamento centralizador ou de gabinete, sem olhar para aqueles que esta entidade diz se preocupar bem como nem cogita fazer valer as estratégias de planejamento democráticas oriundas da participação popular, estabelecidas na Constituição Federal de 1988.

Outrossim, “Recife, cidade roubada” traça ainda uma denúncia a despeito das irregularidades que tangenciam o projeto de construção de um condomínio de luxo, dos absurdos na remodelação de um bairro que passa a se chamar Novo Recife e da violação dos direitos do povo da capital pernambucana, almejando literalmente roubar uma das áreas mais valiosas da cidade das pessoas que a ocupam em favorecimento dos interesses privados.

Por fim, não apenas pelo tom didático acerca da impopularidade e irregularidades do Projeto Novo Recife como forma de ampliar as desigualdades socioespaciais da realidade recifense, mas também pela luta política pelo direito à cidade, o filme faz-se necessário por defender a resistência e o questionamento como algo verdadeiramente novo no processo de decisões sobre a implementação e fiscalização das obras, o que se dá graças ao Movimento Ocupe Estelita, além de oferecer uma contribuição para demonstrar a ingerência do capital imobiliário na política urbana e a necessidade de revisão do projeto “Novo Recife” para “Recife”, a fim de que não comprometa ainda mais a classe trabalhadora e de menor renda e o seu lugar na cidade.

Fonte: Os autores (2024).

“Recife, cidade roubada” apresenta uma denúncia com relação à maneira como a segregação socioespacial enquanto processo que se dá como consequência da especulação do solo urbano se manifesta na cidade de Recife, sobretudo desde a aprovação do Projeto Novo Recife, este representando os interesses do capital na cidade. Por outro lado, quer também anunciar outro modelo de construção e uso da cidade baseado no que reivindicam os movimentos sociais como o Ocupe Estelita. O que, uma vez empregado no ensino de Geografia, requer a mediação didática em prol da reflexão acerca de como a produção desigual e contraditória da cidade ocorre também na realidade em que o estudante vive, eis um exercício de multiletramento em Geografia.

Mas, afinal, como fazer com que os conteúdos geográficos que podem ser visualizados tanto em “Entre rios – a urbanização de São Paulo” quanto em “Recife, cidade roubada” despertem a atenção dos educandos? Melhor dizendo, quais as motivações necessárias para propiciar a aprendizagem significativa em Geografia por meio destes e de outros filmes? Distante de querer configurar-se como um “receituário”, a próxima seção busca esclarecer esses questionamentos à medida que propõe uma possibilidade para a utilização dos filmes na aprendizagem geográfica escolar.

4. DA UTILIZAÇÃO DOS FILMES EM SALA DE AULA: MOTIVAÇÕES NECESSÁRIAS

Nas seções anteriores, buscando desvelar o potencial educativo dos filmes enquanto linguagem para o ensino de Geografia, o trabalho quer inserir esse recurso no bojo das práticas pedagógicas baseadas nos multiletramentos. Para tanto, recorreu-se tanto às múltiplas linguagens quanto ao conceito de “*design*”, este último, de acordo com

Bevilaqua (2013, p. 110), “[...] enfatiza, entre outros elementos, a identidade do do produtor de sentido, seu interesse e motivação na construção de sentidos”.

Dessa forma, ao se utilizar os filmes em sala de aula deve-se não apenas ter em mente a intencionalidade a que esse texto precisa atender quando empregado em situação educativa, mas também vir acompanhado de questões que visem a inquietação e/ou o questionamento *a priori*, e a construção de sentido *a posteriori*, por parte dos estudantes em contato com a “nova” realidade despontada pelo filme. Por exemplo, essa reflexão pode ser sobre outros modelos urbanísticos de construção da cidade que esteja em harmonia com os recursos naturais após assistirem o filme “Entre rios”, ou sobre a construção da cidade atenta aos princípios do direito à cidade e que seja capaz de contemplar as classes populares ante aos interesses do capital financeiro e imobiliário após assistirem o filme “Recife: cidade roubada”.

Nessa seara, o processo de “*design*” em Geografia através de uma prática pedagógica multiletrada contribui para a “[...] atividade intelectual, possibilitando a ampliação do conhecimento, a formação de conceitos, incorporando esses elementos às sensações” (Cavalcanti, 2011, p. 200) e, não menos importante, para a transformação social. Essa última é também de grande valia, pois um processo de ensino e aprendizagem por meio dos multiletramentos apropria-se da diversidade de linguagens e culturas em prol da internalização significativa e, principalmente, da formação de cidadãos ativos e autônomos capazes de intervir na realidade que fazem parte.

No entanto, para que isso se constitua através da prática de filmes em sala de aula e cuja a intenção, vale reforçar, não é mera exibição do filme pelo filme, mas sim que seja feita de modo atento e contextualizado com os conteúdos previstos pela disciplina de Geografia e seus respectivos objetivos (competências e habilidades conforme previstas pela BNCC²) a serem cumpridos.

Formulam-se, então, algumas “perguntas-guia” que poderão servir para orientar o trabalho com quaisquer filmes como contributo à mediação didática em Geografia:

- *O que o filme quer passar para o público, isto é, qual a sua mensagem?*
- *Qual é o contexto (espacial e temporal) em que o filme está situado?*
- *Como o filme pode se relacionar com a Geografia?*
- *Por que o filme foi escolhido para representar um determinado conteúdo? E qual(is) o(s) elemento(s) que justifica(m) essa escolha?*

² Base Nacional Comum Curricular (2018).

A partir destas perguntas, busca-se na prática aproximar a metodologia da aplicação de filmes em situação educativa dos multiletramentos procurando atender (e responder) as perguntas que constituem um processo de “*designer*” (ou seja, de construção de sentido): “por quê?”, “o quê?” e “como?” (Ferreira; Machado e Oliveira, 2017). No entanto, como deflagrado anteriormente, é uma aproximação mais genérica do filme escolhido com algum conteúdo de Geografia trabalhado por meio do que asseveram os multiletramentos.

E para os filmes “Entre rios” e “Recife: cidade roubada” que abordam os processos de urbanização e de apropriação capitalista do espaço urbano, respectivamente, quais são as perguntas que podem ser dirigidas? Como facilitar a compreensão de conceitos imbuídos à Geografia Urbana presentes nos filmes?

Assim, em específico, para os filmes que retratam a temática urbana como os filmes contados nas resenhas, podem-se ainda acrescentar:

- *Quais os processos inerentes ao espaço urbano e à cidade são verificados no filme?*
- *Quais são os atores sociais envolvidos nos processos de (re)produção do espaço urbano retratado no filme?*
- *Quais são as relações entre os diferentes atores no dia a dia da cidade? Elas são harmoniosas ou tendem ao conflito, andam próximas ou se contradizem?*
- *Quais as principais ações que o ser humano, em seu modo de produção e formação social, promove para com a natureza e a sociedade?*
- *Qual a intenção do filme diante dos diferentes grupos que constituem o meio urbano? O filme busca se aproximar dos interesses de algum deles?*
- *Se o filme apresenta caminhos tomados como “inviáveis” para a convivência sustentável e socialmente justa de todas as populações nas cidades, quais as alternativas apontadas pelo mesmo para a construção de uma cidade sob esses/“novos” moldes?*
- *“Entre rios - a urbanização de São Paulo” e “Recife: cidade roubada”, especificamente, retratam a realidade de duas capitais brasileiras. Como resultado de sua urbanização em grande escala, quais são os outros fenômenos urbanos que são evidenciados em cidades desse porte?*

Tais perguntas podem ser dirigidas pelo professor aos estudantes tanto antes quanto depois da exibição do filme ou, também, ao longo desta por meio de “pausas” planejadas em determinados momentos. O que importa é, entretanto, a necessidade da consciência que o filme ou outra linguagem, quando empregados em sala de aula, precisa ter uma intencionalidade educativa a ser cumprida como vem sendo reforçado no decorrer de todo o trabalho.

Sendo assim, essas perguntas motivadoras podem funcionar como um subsídio para atuação docente diante da apresentação e discussão do filme e, conseqüentemente, possibilitando não somente a interpretação textual do filme, mas também a apreensão de significados que ele aborda e que pode desprender-se da tela e assumir sentido na vida dos estudantes. Eis o processo de “*design*” dos multiletramentos e a sua suplicada transformação social.

Para finalizar, faz-se uma analogia com o que enfatiza Santaella (2021) para a questão de que a construção de sentido sobre o que é aprendido em Geografia por meio de (múltiplas) linguagens que envolvem multiletramentos precisa tornar o estudante um “leitor ubíquo” de filmes e outras hipermídias, pois “[...] o que o caracteriza é uma prontidão cognitiva ímpar para orientar-se entre nós e nexos multimídia, sem perder o controle de sua presença e do seu entorno no espaço físico em que está situado” (Santaella, 2021, p. 76).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar duas resenhas críticas de filmes que podem ser utilizados para a mediação didática no ensino de Geografia. Ademais, ainda que em nível de inspiração, pontua alguns aspectos que precisam ser levados em conta pelos professores ao se valer dos filmes enquanto linguagem para o ensino-aprendizagem de saberes geográficos em sala de aula. Para tanto, articulou-se a discussão teórica com as premissas da Pedagogia dos Multiletramentos sobre a educação na contemporaneidade.

Com isso, acredita-se que quando aplicados educativamente, com intencionalidade estabelecida e a ser cumprida, os filmes podem ser colocados como recursos que potencializam a aprendizagem, sendo capazes de torná-la significativa e, também, atenta a uma prática social mais humana, crítica, criativa e emancipada para a intervenção na realidade, marcas de um processo de “*design*” multiletrado.

REFERÊNCIAS

BATISTA, N. L.; BECKER, E. L. S.; CASSOL, R. Reflexões metodológicas sobre Cartografia Escolar, Multimodalidade e Multiletramentos com foco de análise na Educação Básica. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29 n. 59, p. 927-953, 2019.

BEVILAQUA, R. Novos estudos de letramento e multiletramentos: divergências e confluências. **Revista Virtual de Letras**, v. 5, n. 1, p. 99-114, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CAVALCANTI, L. de S. Ensinar Geografia para a autonomia do pensamento: o desafio de superar dualismo pelo pensamento teórico-crítico. **Revista da ANPEGE**, v. 7, número especial, p. 193-203, 2011.

COPE, B.; KALANTZIS, M. Multiliteracies: New literacies, new learning. **Pedagogies: An International Journal**, Nanyang Walk, v. 4, n. 3, p. 164-195, 2009.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995. 64p.

EDITORA CONTEXTO. **“ENTRE RIOS” - a urbanização de São Paulo**. YouTube, 25 mai. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNIc>.

FERREIRA, A. B. C.; MACHADO, C. S.; OLIVEIRA, G. C. de A. Por uma Pedagogia dos Multiletramentos – Ontem, Hoje e Sempre. **Horizontes**, v. 35, n. 2, p. 108-111, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 144p.

IBGE. **Panorama de São Paulo [Município]**. IBGE - Cidades@, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 24 jan. 2024.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. 272p.

OCUPE ESTELITA. **Recife, cidade roubada**. YouTube, 18 nov. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dJY1XE2S9Pk>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ROJO, R; MOURA, E. (Org.) **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

SANTAELLA, L. **Humanos hiper-híbridos: linguagens e cultura na segunda era da internet**. São Paulo: Paulus, 2021. 214p.

SANTOS, V. C. dos; RIZZATTI, M.; PETSCH, C.; BATISTA, N. L. O que não é cringe no ensino de geografia? Sobre práticas multiletradas e interatividade no processo de ensino-aprendizagem contemporâneo. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, Rio Claro, SP, v. 20, n. 1, p. 59-80, 2022.

SILVA, J. M. S.; NETO, J. C.; PEREIRA, T. H. V.; ARCEGA, F. A. M. Integração entre os multiletramentos e a educação midiática: saberes e práticas docentes na educação básica. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 5, n. 4, p. 97-120, 2021.

Recebido: 14/05/2024

Aceito: 02/07/2024